

PROJETO BIOMAS

**NÚCLEO DE
SEGURANÇA**
A B R  J I

PROJETO PROTEGENDO BIOMAS NOS TERRITÓRIOS

CARTILHA PROTEÇÃO LEGAL E JORNALISMO AMBIENTAL

**Como evitar processos e estar
mais preparado na cobertura de
temas ambientais?**

REALIZADO POR: A B R  J I

APOIO:



A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) é uma organização sem fins lucrativos fundada em 2002 por um grupo de jornalistas profissionais interessados em melhorar a qualidade do jornalismo brasileiro. A associação tem como pilares a formação profissional de jornalistas, a defesa da liberdade de imprensa e do direito de acesso a informações públicas. Suas principais atividades envolvem a organização de cursos presenciais e on-line; realização do Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo; produção de conteúdos por meio de notícias e guias para o exercício da profissão, além de projetos que colaboram com o exercício do jornalismo e monitoram a situação da liberdade de expressão e de imprensa no país, combinados a ações de proteção legal, litigância e advocacy a fim de promover a defesa desses direitos. Para mais informações, visite <https://abraji.org.br/>.

Presidente: Ana Carolina Moreno

Vice-presidente: Juliana Dal Piva

Diretores: Basília Rodrigues, Breno Pires, Catarina Barbosa, Hyury Potter, João Pedro Pitombo, Maiá Menezes, Maíra Mathias, Nayara Felizardo e Paula Bianchi.

Conselho Fiscal: Bárbara Libório, Julia Affonso, Sarah Teófilo.

Secretário-executivo: Sérgio Ludkte

Coordenadora jurídica: Leticia Kleim

Consultora de segurança e proteção: Angelina Nunes

Pesquisadora associada: Rafaela Sindorski

Assistente jurídica: Samaérika Sousa

Redação do relatório: Leticia Kleim e Samaérika Sousa

Projeto gráfico e diagramação: Mikael Schumacher

Revisão: Tatiana Farah

ÍNDICE

O QUE É O PROJETO PROTEGENDO BIOMAS NOS TERRITÓRIOS?	4
O QUE SIGNIFICA FALAR EM PROTEÇÃO LEGAL?	5
CUIDADOS COM O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	10
CUIDADOS COM AS PROVAS E COM A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA SUA DEFESA	12
ELEMENTOS DA PROTEÇÃO DIGITAL	13
VALIDADE JURÍDICA DAS PROVAS DIGITAIS	15
ARQUIVO DE EVIDÊNCIAS	15
ONDE PEDIR AJUDA?	19

O QUE É O PROJETO PROTEGENDO BIOMAS NOS TERRITÓRIOS?

Protegendo Biomas é uma iniciativa da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) voltada ao fortalecimento e à proteção de jornalistas que atuam na cobertura ambiental em diferentes regiões do Brasil. A proposta do projeto é criar uma rede de apoio, colaboração e formação para profissionais que enfrentam riscos e desafios específicos em apurações relacionadas ao meio ambiente, conflitos territoriais, povos tradicionais, crimes ambientais, entre outros. O projeto atua a partir de três eixos principais: treinamento, proteção e monitoramento.

 Treinamento	 Proteção	 Monitoramento
Realização de oficinas, cursos, encontros periódicos e desenvolvimento de ferramentas voltadas à prevenção e à segurança.	Apoio jurídico, consultoria preventiva para apurações sensíveis, orientação sobre riscos legais e encaminhamento ao Programa de Proteção Legal para Jornalistas.	Coletar dados, acompanhar casos e produzir análises sobre agressões e ataques sofridos por jornalistas e comunicadores.

Nos eixos de treinamento e proteção, a proposta é fortalecer a atuação de jornalistas que realizam coberturas ambientais e investigativas, especialmente em contextos de risco. Esse eixo funciona tanto de forma preventiva quanto de suporte contínuo. Na prática, os integrantes da rede podem acessar treinamentos de segurança, trocar experiências com outros jornalistas, tirar dúvidas durante investigações em andamento e receber orientações sobre cuidados jurídicos antes da publicação de reportagens. O objetivo é reduzir vulnerabilidades, ampliar a capacidade de proteção e fortalecer a atuação coletiva da rede.

Já o eixo de monitoramento da violência contra jornalistas tem como objetivo coletar dados, acompanhar casos e produzir análises sobre agressões e ataques sofridos por jornalistas e



comunicadores. Esse monitoramento é realizado de forma sistemática pela Abraji desde 2019, permitindo a construção de uma série histórica sobre violência contra a imprensa no Brasil.

O acompanhamento ocorre por meio do recebimento de denúncias, análise de cenários, categorização dos ataques e produção de relatórios sobre diferentes formas de violência, incluindo violência de gênero e ataques relacionados à cobertura ambiental. As informações produzidas também são compartilhadas com redes regionais e internacionais de defesa da liberdade de imprensa, como a Red Voces del Sur, fortalecendo ações de incidência e proteção em nível mais amplo.

A partir desses dois eixos, o Protegendo Biomas incorpora a proteção legal como estratégia fundamental para garantir condições mais seguras ao exercício do jornalismo ambiental, por isso esta cartilha traz a síntese das discussões realizadas dentro do projeto em treinamentos e oficinas sobre o tema da proteção legal.

O QUE SIGNIFICA FALAR EM PROTEÇÃO LEGAL?

A proteção legal pode ser resumida em uma série de medidas preventivas pensadas para evitar processos judiciais ou minimizar as chances de condenações. Vivemos no Brasil uma roleta judicial, isto é, um mesmo caso pode ter resultados totalmente diferentes com diferentes magistrados ao redor do país e nas diferentes instâncias. Isso, aumenta, inclusive, o temor de sofrer um processo, já que mesmo sendo totalmente infundado, um jornalista pode sofrer uma condenação apenas por realizar o seu trabalho. Esse cenário amplia o efeito silenciador dos processos judiciais. O receio dos custos financeiros, do tempo necessário para acompanhar uma ação e da possibilidade de condenações pode levar jornalistas e veículos a evitar determinadas pautas ou investigações.

O que é o assédio judicial?

Processos abusivos movidos por uma pessoa ou instituição que, valendo-se de uma situação de desequilíbrio de poder, utiliza medidas judiciais com efeito intimidatório.

Por isso, todo processo de assédio judicial tem que ter:

- ⚠ • Desequilíbrio de poderes: econômico, político, jurídico e/ou associativo.
- Processos em série ou pedidos abusivos:
 - Exemplos de pedidos abusivos: indenização excessiva e ação criminal.

Como se proteger de processos judiciais? Cuidados na preparação da sua publicação

Ter cuidado com adjetivos e pré-julgamentos: analisar de forma criteriosa as palavras utilizadas, evitando principalmente adjetivos e reduzindo o uso de expressões negativas ou depreciativas. Por exemplo, em vez de utilizar o verbo “invadir” na frase “Fazendeiro invade ilegalmente território indígena”, preferir termos como “ocupação irregular”, como em: “Fazendeiro é acusado de ocupação irregular em território indígena”.

Atenção a títulos, subtítulos e frases em destaque: muitas vezes simplificamos a mensagem para títulos, destaques, posts e legendas em redes sociais. A obrigação de ser criterioso na escolha das palavras também segue nesses casos, e é ainda mais importante, nesses casos, há maior risco de processos.

Distinguir entre opinião e reportagem: a confusão entre opinião e fato gera risco de condenações judiciais, os dois devem estar baseados em informações verídicas, verificadas e de interesse público, mas é importante diferenciar e deixar claro para o leitor. Por exemplo, pode ser acrescentada, em cima do título da matéria, a identificação. Se é REPORTAGEM ou OPINIÃO.

Precisão e atualização das informações: é essencial verificar a precisão e a atualização das informações, especialmente em

temas jurídicos. Expressões técnicas, termos legais e conceitos relacionados à legislação ambiental devem ser compreendidos e utilizados corretamente, evitando interpretações equivocadas ou juridicamente imprecisas. Por exemplo, em vez de afirmar que uma área foi “desmatada ilegalmente”, é importante verificar se já existe autuação, decisão judicial ou laudo técnico que confirme a ilegalidade. Em muitos casos, pode ser mais adequado utilizar expressões como “desmatamento sob investigação”, “suposta irregularidade ambiental” ou “área alvo de apuração por órgãos ambientais”.

Exposição de dados: é recomendado que haja o mínimo de exposição de dados de terceiros, que apenas devem ser mencionados quando necessário ou útil para o entendimento da matéria. No caso de crianças, deve-se evitar ao máximo divulgar dados ou informações pessoais e deve sempre buscar autorização assinada pelos pais; no caso de pessoas analfabetas, a autorização pode ser gravada em vídeo. Além disso, o jornalista deve adotar medidas para proteger fontes vulneráveis dos riscos da divulgação.

Interesse Público e Segredo de Justiça: a divulgação de informação de interesse público tem menor chance de gerar um questionamento ou uma condenação. O jornalista não pode ser responsabilizado por publicar informações de processos em segredo de Justiça, pois o dever de sigilo cabe apenas às partes envolvidas; no entanto, antes de publicar, o profissional deve garantir que a divulgação atenda ao estrito interesse público e avaliar com cautela se a matéria não irá prejudicar uma investigação em andamento ou a exposição indevida de pessoas envolvidas.

Extensão e destaque para o outro lado: para garantir a regularidade jurídica e a completude da matéria, o “outro lado” deve ser reproduzido de forma equilibrada e com o mesmo destaque dado ao restante do texto. Evitar o registro da versão

dos envolvidos de maneira puramente burocrática ou isolada no final da reportagem, assegurando que todas as partes tenham o mesmo peso na narrativa.

Diferença entre outro lado, retratação e direito de resposta:

- ⚠️ ▪ **Outro Lado:** dar tratamento adequado a todas as versões do fato e, caso alguma parte se recuse a se manifestar, publicar a matéria apenas após formalizar e registrar essa recusa por escrito ou gravação.
- **Retratação:** corrigir informações incorretas por dever ético. Avaliar com cautela e consultar um advogado antes de publicar a retratação, pois ela pode gerar consequências jurídicas e subsidiar processos.
- **Direito de Resposta:** diante de um pedido formal de resposta, busque orientação jurídica antes de concedê-lo, pois a publicação de admissão de erro pode gerar indenizações. Se aceito, o texto deve ter o mesmo destaque da matéria original e limitar-se estritamente à correção do fato equivocado.

Registro de Provas: em caso de processo, sua defesa precisará de todo o material que embasou a reportagem e isso começa antes mesmo da publicação da reportagem. É importante ter tudo organizado e guardado (documentos, e-mails, gravações e até anotações de bloco) por pelo menos cinco anos após a publicação para comprovar uma conduta diligente.

Publicações em parceria: buscar parceria com um veículo maior pode ser uma estratégia para ampliar a proteção pessoal e a repercussão da matéria.

Cuidados no Ambiente Digital

- ⚠️ As redes sociais são marcadas pela rapidez, informalidade e amplo alcance das publicações, que permanecem registradas e podem gerar responsabilização jurídica para jornalistas e veículos. Nesse contexto, recomenda-se cautela na manifestação de opiniões, evitando publicações impulsivas, adjetivações e pré-julgamentos, especialmente ao compartilhar conteúdos jornalísticos em redes sociais de uso pessoal.

Orientações de como lidar com um processo judicial

Como distinguir as diferentes comunicações judiciais:

Intimações: nunca devem ser ignoradas. Elas podem chegar por carta, por um oficial de justiça e, atualmente, até por e-mail, WhatsApp ou outros meios de comunicação. Ao ser intimado, é essencial buscar assistência jurídica ou, em caso de não dispor de recursos para contratar um profissional, recorrer a uma das organizações que mantêm projetos de apoio jurídico, apresentar defesa e acompanhar o processo até sua conclusão.

Audiência: a intimação pode vir com o agendamento da audiência de conciliação. Esteja atento para comparecer na data e local indicado.

Ordem liminar de remoção de conteúdo: ordens liminares de remoção de conteúdo devem ser cumpridas imediatamente, com orientação jurídica e registro do material removido, embora possam ser posteriormente questionadas judicialmente por configurarem censura posterior e possível restrição à liberdade de expressão.

Direito de resposta: são processos com prazo bem apertados e que precisam ser cumpridos adequadamente. Não exclui a indenização.

Notificação extrajudicial: é um documento, no geral, emitido por um advogado; não é uma determinação de um juiz ou tribunal. É uma estratégia utilizada para intimidar e constranger um jornalista ou meio de comunicação a retirar uma reportagem ou alterar o seu conteúdo. É importante lembrar que você não é obrigado a seguir o que pede a notificação extrajudicial; antes de responder, consulte um advogado ou apoio de organização para analisar os riscos; caso retire a matéria ou altere o conteúdo em resposta à notificação, isso não exclui a possibilidade de um futuro processo judicial.

CUIDADOS COM O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O uso de ferramentas de inteligência artificial no jornalismo exige cuidados relacionados à segurança digital, à verificação das informações e à proteção de fontes e dados sensíveis. Embora essas tecnologias possam auxiliar na organização de informações, transcrição de entrevistas, análise de documentos e apoio à produção de conteúdo, é importante compreender seus limites e riscos.

Uma das principais recomendações é **evitar inserir em plataformas de IA informações sigilosas ou sensíveis** relacionadas à apuração jornalística, como: nomes de fontes, documentos confidenciais, dados pessoais, endereços, contatos ou detalhes estratégicos de investigações em andamento. Isso porque muitas plataformas podem armazenar dados enviados pelos usuários, aumentando os riscos de vazamento ou exposição indevida de informações.

Também é essencial **verificar todas as informações geradas por sistemas de IA.**

Ferramentas generativas podem produzir conteúdos imprecisos, desatualizados ou completamente falsos, inclusive referências inexistentes, decisões judiciais incorretas, dados inventados e interpretações equivocadas.

Por esse motivo, nenhuma informação produzida por IA deve ser publicada sem checagem prévia em fontes confiáveis, documentos oficiais ou outras formas de verificação jornalística.

Outro cuidado importante envolve a preservação do julgamento editorial humano. A inteligência artificial deve funcionar como ferramenta de apoio, e não como substituta da análise crítica, ética e profissional do jornalista. Questões relacionadas à contextualização da informação, avaliação de riscos, proteção de fontes, linguagem utilizada e interesse público devem permanecer sob supervisão humana.

Tenha cuidado com vieses e discriminações!

O uso de IA também demanda atenção quanto à reprodução de preconceitos e vieses. Sistemas automatizados podem reforçar estereótipos ou discriminações presentes nos dados utilizados em seu treinamento, especialmente em temas relacionados a conflitos territoriais, povos indígenas, populações tradicionais, raça, gênero e violência. Em coberturas ambientais e investigativas, isso exige revisão cuidadosa do conteúdo produzido ou auxiliado por ferramentas automatizadas.

Identifique e verifique conteúdos manipulados

Além disso, jornalistas devem redobrar os cuidados com conteúdos manipulados digitalmente, como imagens falsas, áudios adulterados, vídeos sintéticos (“deepfakes”) e documentos fabricados por inteligência artificial. Antes da divulgação de qualquer material obtido online, é importante verificar sua origem, autenticidade, contexto e integridade.

Em investigações sensíveis, também se recomenda preservar registros e métodos utilizados durante a apuração, inclusive quando houver uso de ferramentas de IA. Manter links, arquivos originais, datas, documentos e registros de verificação pode ser importante para garantir transparência metodológica e fortalecer a cadeia de custódia de provas digitais.

Ser transparente sobre o uso de IA

Por fim, recomenda-se transparência quanto ao uso de inteligência artificial na produção de conteúdos jornalísticos, especialmente quando houver utilização relevante dessas ferramentas em imagens ilustrativas, traduções automáticas, geração de textos, áudios sintetizados ou organização de dados. A clareza sobre o uso dessas tecnologias fortalece a credibilidade do trabalho jornalístico e contribui para uma relação mais transparente com o público.

CUIDADOS COM AS PROVAS E COM A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA SUA DEFESA

O trabalho jornalístico em temas como crimes ambientais, conflitos fundiários e atuação de empresas ou autoridades públicas pode aumentar os riscos de intimidação, ameaças, tentativas de desacreditização e disputas judiciais contra jornalistas. Para isso, como destacamos anteriormente, guardar as provas que contam a história de como sua apuração foi feita pode ser fundamental no futuro em um caso de precisar se defender em processo judicial.

Cuidados de segurança digital e proteção legal devem andar lado a lado, já que ataques digitais podem acabar comprometendo não só a segurança da informação como a sua proteção e segurança jurídica. Especialmente quando:

- Um ataque ou invasão compromete acesso a arquivos e contas;
- Um conteúdo é apagado antes de ser registrado como evidência;
- Informações são expostas por falhas de segurança ou organização;
- Documentos são perdidos por ausência de backup;

- Registros não são feitos de forma adequada para uso posterior.

Problemas que podem comprometer a apuração e a proteção do jornalista:

- Perda de documentos relevantes: arquivos apagados, corrompidos ou inacessíveis por falha de armazenamento ou ausência de backup;
- Acesso indevido a arquivos sensíveis: documentos compartilhados sem controle ou contas comprometidas;
- Vazamento de informações sobre fontes: exposição de identidade ou dados sensíveis por falhas de organização ou segurança;
- Falta de evidência para comprovar ataques: ausência de registro adequado (prints incompletos, sem data, sem contexto);
- Dificuldade de uso do material em processos judiciais: arquivos sem integridade, sem origem verificável ou sem cadeia de custódia.

ELEMENTOS DA PROTEÇÃO DIGITAL

A proteção de documentos envolve três dimensões:



Armazenamento Seguro

Garantir que os arquivos estejam protegidos contra perda, falhas técnicas ou exclusão acidental, com uso de backup e locais confiáveis.



Organização e Controle de acesso

Definir onde os arquivos ficam, quem pode acessar e evitar compartilhamento indiscriminado ou exposição de informações sensíveis.



Preservação para uso futuro

Manter versões originais, registrar contexto e assegurar que o material possa ser utilizado como prova, com integridade e rastreabilidade.



Sem essas três dimensões, o material pode ser perdido, acessado indevidamente ou considerado inválido como prova jurídica.

Estrutura de Armazenamento

Como destacado, manter seus documentos organizados é uma forma importante de prevenção e de estar prontos em um eventual processo judicial. Adotar essas práticas como parte da nossa rotina fortalece nossa segurança. Organize documentos em três níveis com funções diferentes:

Armazenamento ativo: o ambiente de trabalho, onde você cria, edita e consulta arquivos (ex. Google Drive, Proton, Drive), é onde ficam os documentos em uso na apuração.

- O que entra aqui:
 - Rascunhos de texto; planilhas de apuração; documentos recebidos recentemente e registros ainda em análise.
- Como organizar na prática:
 - Estruturar por pauta, projeto ou investigação; manter uma lógica clara de pastas (ex: dados, entrevistas, documentos); separar materiais sensíveis desde o início.
- Controle de acesso:
 - Definir quem pode visualizar ou editar cada pasta; evitar compartilhar tudo com toda a equipe; revisar permissões periodicamente.
- Segurança Básica:
 - Ativar autenticação em dois fatores; evitar acessar contas em dispositivos públicos e não compartilhar login ou senha.

Backup seguro: cópias de segurança dos arquivos importantes. Servem para garantir acesso aos dados em caso de perda, falha técnica, ataque ou exclusão acidental.

- Regra prática: ao menos 2 cópias; em 2 lugares diferentes.
 - Exemplos de backup: HD externo dedicado para cópias completas e armazenamento offline; pendrive com criptografia para arquivos sensíveis e transporte seguro; segunda nuvem (Dropbox, OneDrive, Proton Drive) como redundância ao armazenamento principal.

Arquivo de evidências: onde ficam os materiais que podem ser usados como prova. Esse não é um espaço de trabalho, é um espaço de preservação.

- Onde criar esse arquivo:
 - Uma pasta específica na nuvem principal (ex: Google Drive), com acesso restrito; uma segunda nuvem dedicada a evidências (ex: Proton Drive, Dropbox); um HD externo ou dispositivo offline (para cópia adicional e maior segurança).



- Boas práticas:
 - Separar dados brutos de versões editadas; evitar armazenar arquivos apenas em aplicativos de mensagem; revisar permissões de acesso com frequência; manter cópia offline de materiais sensíveis; documentar decisões importantes da apuração.
- Erros frequentes:
 - Confiar exclusivamente no armazenamento de uma nuvem; compartilhar arquivos com acesso público; não manter backup atualizado; usar a mesma conta para arquivos pessoais e profissionais; sobrescrever arquivos sem manter versões anteriores.

Abaixo, segue uma figura esquematizada sobre o tema.

ARQUIVO DE EVIDÊNCIAS

ONDE ARMAZENAR MATERIAIS QUE PODEM SER USADOS COMO PROVA



VALIDADE JURÍDICA DAS PROVAS DIGITAIS

O cuidado com as provas digitais é fundamental para que ela possa ser usada no futuro na defesa em um processo judicial ou para comprovar um ataque digital em uma investigação criminal.

O cuidado com uma documentação que permite comprovar como determinada evidência foi encontrada, coletada, armazenada e preservada ao longo do tempo, é a chamada **cadeia de custódia** que vale também para provas digitais.

Qual é a função da cadeia de custódia em provas digitais?

No contexto digital, a cadeia de custódia tem como objetivo:

- Padronizar o tratamento de evidências digitais;
- Preservar a integridade das informações coletadas;
- Registrar o contexto em que o conteúdo foi encontrado;
- Aumentar a confiabilidade e a admissibilidade da prova perante o Judiciário.

Isso significa demonstrar que determinado conteúdo realmente existiu, foi publicado daquela forma, naquele momento e naquele contexto, sem alterações posteriores.

Como isso impacta o trabalho dos jornalistas?

A cadeia de custódia é especialmente importante para jornalistas em duas situações principais:

Quando o jornalista é processado em razão de uma reportagem

Em casos de processos judiciais relacionados à publicação de reportagens, investigações ou conteúdos opinativos, o jornalista pode precisar demonstrar que atuou de forma diligente e responsável durante a apuração.

Nesse contexto, é importante comprovar:

- A realização de entrevistas;
- Tentativas de contato com as pessoas citadas na reportagem;
- Consultas a documentos, bancos de dados e sites oficiais;

- Registros de pesquisas e buscas realizadas na internet;
- Trocas de e-mails e mensagens relacionadas à apuração.

Como o método jornalístico nem sempre é familiar ao sistema de Justiça, reunir e preservar esses registros ajuda a demonstrar que houve cuidado na verificação das informações, busca pelo contraditório e atuação baseada em elementos suficientemente verificáveis.

Quando o jornalista é vítima de violência ou ataques digitais

A cadeia de custódia também é importante quando jornalistas sofrem ataques nas redes sociais, campanhas de difamação, ameaças, exposição de dados pessoais ou outras formas de violência digital.

Nesses casos, será necessário preservar evidências que demonstrem:

- Mensagens recebidas;
- Comentários ofensivos;
- Publicações intimidatórias;
- Divulgação indevida de imagens, vídeos ou dados pessoais;
- Campanhas coordenadas de assédio online.

Prints são suficientes como prova?

Não sempre. Nos últimos anos, o entendimento dos tribunais evoluiu e, em muitos casos, prints isolados deixaram de ser considerados suficientes para comprovar a autenticidade de conversas ou publicações digitais.

Por isso, é importante adotar medidas adicionais para fortalecer a validade da prova, como:

- Salvar os links das publicações;

- Registrar a data e o contexto do conteúdo;
- Preservar mensagens completas;
- Utilizar ferramentas de verificação e preservação digital;
- Recorrer à ata notarial ou serviços especializados de certificação de conteúdo online.

Esses mecanismos ajudam a demonstrar que o conteúdo existia efetivamente na internet e não sofreu adulterações.

Cuidados importantes ao preservar provas digitais

Agilidade: conteúdos digitais podem ser apagados rapidamente. Mensagens, comentários e publicações podem sair do ar em poucos segundos, dificultando sua comprovação futura. Por isso, é importante preservar as evidências o quanto antes.

Preservação dos links: além de capturas de tela, é fundamental salvar os links originais das publicações, páginas ou perfis relacionados ao conteúdo.

Validação da prova: sempre que possível, recomenda-se utilizar mecanismos de validação da prova digital, como: atas notariais; ferramentas certificadas de preservação digital; e plataformas de verificação de conteúdo online.

Por quanto tempo guardar essas provas?

Em ações indenizatórias relacionadas a danos morais decorrentes de publicações online, o prazo pode chegar a cinco anos. Já em alguns crimes praticados no ambiente digital, o prazo para representação criminal pode ser de seis meses a partir do conhecimento da autoria.

Por isso, recomenda-se guardar os registros e documentos pelo maior tempo possível e buscar orientação jurídica assim que ocorrer qualquer situação de violência, ameaça ou judicialização.

ONDE PEDIR AJUDA?

Como reforçamos no começo dessa cartilha, as medidas de prevenção não são capazes de garantir que um jornalista ou um veículo não receba um processo judicial, em especial porque destacamos que o assédio judicial – ações judiciais abusivas contra temas de interesse público – segue sendo uma das principais ameaças à liberdade de expressão no Brasil. Seguindo as dicas desta cartilha, a sua defesa judicial será mais fácil e segura, mas ainda persiste um desafio de acesso à justiça: como encontrar um advogado especializado em liberdade de expressão que possa me ajudar?

A seguir, encontramos um resumo das iniciativas de organizações da sociedade civil que fornecem esse apoio a jornalistas e comunicadores:

Abraji - Programa de Proteção Legal para Jornalistas:

O Programa de Proteção Legal para Jornalistas é uma iniciativa da Abraji para garantir assistência jurídica a jornalistas e comunicadores que, em razão de seu trabalho, estejam sendo silenciados ou constrangidos por meio de processos judiciais. Profissionais da imprensa que estejam sendo assediados, ameaçados e perseguidos e que tenham interesse em processar civilmente os agressores também podem ser acolhidos pelo Programa. Apoio oferecido: pagamento de advogados para a defesa do jornalista, custeamento de gastos com a defesa judicial, apoio técnico e de incidência no caso.

Contato: email programadeprotecao@abraji.org.br ou pelo formulário disponível no site.



Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ):

O CPJ fornece apoio abrangente e emergencial para jornalistas e equipe de suporte de mídia que trabalham ao redor do mundo através de informações atualizadas de segurança e proteção, e assistência de resposta rápida. O CPJ pode fornecer apoio de defesa e comunicação para ajudar a aumentar a conscientização e a visibilidade do caso através de declarações públicas, engajamento na mídia social e enfatizando como a ação afeta o direito à liberdade de imprensa.

Apoio oferecido: suporte básico de vida, apoio jurídico, relocação de emergência, apoio psicossocial e assistência prisional.

Contato: emergencies@cpj.org, americas@cpj.org

Rede Nacional de Proteção de Jornalistas e Comunicadores:

Coordenado pelo Instituto Vladimir Herzog, em parceria com Artigo 19, o Intervozes e a Repórteres sem Fronteiras, o projeto visa conter a crescente onda de agressões e intimidações à liberdade de imprensa no país. Para alcançar esse objetivo, a iniciativa atua no acolhimento de relatos de violações, em formações e na articulação de diversos setores na proteção dos jornalistas e comunicadores, como agentes fundamentais para a preservação e o fortalecimento da democracia.

Apoio oferecido: acompanhamento jurídico, apoio psicológico, ferramentas para publicizar a violação, além de acompanhamento para implementação de recursos de segurança digital.

Contato: www.rededeprotecao.org.br



Instituto Tornavoz:

É uma organização de defesa da liberdade de expressão, que possui projeto destinado a custear a contratação de advogados para a defesa daqueles que sejam alvos de processos envolvendo a liberdade de expressão e que não possuem condições econômicas de fazê-lo por conta própria. O instituto contribui, ainda, com a vasta experiência de suas fundadoras em litígios dessa natureza, trazendo elementos técnicos para a estratégia de defesa de casos apoiados. Em suas outras frentes de trabalho, a instituição busca fortalecer e debater a importância desse direito constitucional, intervindo em causas de grande impacto e desenvolvendo iniciativas de conscientização.

Apoio oferecido: apoio financeiro para contratação de advogados e suporte técnico para a defesa.

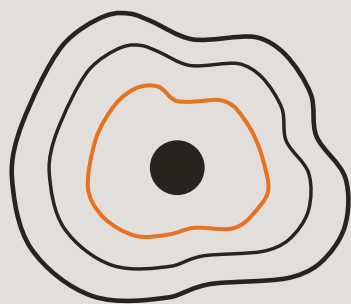
Contato: <https://tornavoz.org/peca-sua-defesa/>

Repórteres Sem Fronteiras (RSF):

É uma organização não governamental internacional dedicada à promoção, defesa e proteção da liberdade de imprensa e de informação em todo o mundo. Com status consultivo junto a organismos como a ONU, a entidade atua monitorando violações contra o jornalismo, prestando apoio direto e assistência a profissionais perseguidos ou em zonas de conflito, e combatendo a censura e a impunidade por meio de campanhas de conscientização, relatórios globais e ações estratégicas junto a governos e plataformas digitais.

Apoio oferecido: apoio financeiro, material e administrativo emergencial a profissionais da imprensa que enfrentam ameaças graves e diretamente relacionadas ao exercício de sua atividade jornalística. O apoio pode incluir realocação emergencial, assistência médica, apoio psicossocial, equipamentos de trabalho, apoio familiar emergencial e apoio administrativo.

Contato: assistance@rsf.org, tmattos@rsf.org



PROJETO BIOMAS 

NÚCLEO DE SEGURANÇA

ABR  AJI

REALIZADO POR: ABR  AJI

APOIO:



With the support of the
UNESCO Global Media Defence Fund (GMDf)